

A. I. Nº - 298578.0009/10-7
AUTUADO - TRADE IMPORT IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO S.A.
AUTUANTE - CLÁUDIA MARIA SEABRA MARTINS
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 23.12.2011

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0340-04/11

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. a) FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Documentos juntados com a defesa comprovam que o valor exigido foi recolhido tempestivamente. Infração improcedente. b) RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 30/12/10, exige ICMS no valor de R\$12.841,03, acrescido da multa de 60% em decorrência das seguintes infrações:

01. Deixou de recolher o ICMS devido nas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento - R\$1.717,02.
02. Recolheu a menos o ICMS devido pelas importações de mercadorias do exterior, em razão de erro na aplicação da alíquota - R\$11.124,01.

O autuado, na defesa apresentada (fl. 87), inicialmente discorre sobre as infrações e alega que em relação à infração 1 já tinha feito o recolhimento tempestivo e regular referente a nota fiscal de nº 880 conforme GNRE de R\$1.717,02 referenciado no Recibo de Liberação Alfandegário da DHL EXPRESS LTDA.

Reconhece o cometimento da infração 2.

A autuante na informação fiscal (fl. 99) diz que diante da comprovação do recolhimento feito por meio de GNRE anexada ao processo reconhece a improcedência da infração 1.

Com relação à infração 2, ressalta que tendo o autuado reconhecido o cometimento da infração, a mesma deve ser mantida. Requer a procedência parcial da autuação.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal e concedeu prazo de dez dias para se manifestar, caso quisesse, fato que não ocorreu.

A Secretaria do CONSEF acostou às fls. 103/104 detalhe do pagamento integral da infração 2 constante no sistema SIGAT.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS relativo à falta de recolhimento e recolhimento a menos do imposto devido nas importações.

Com relação à infração 1, o autuado juntou com a defesa à fl. 96, cópia de Recibo de Liberação Alfandegário comprovando o recolhimento do valor do ICMS exigido de R\$1.717,02 referente à nota fiscal de nº 880 (fls. 8/9). DHL EXPRESS LTDA. Constatado que o valor do ICMS indicado como recolhido no mencionado recibo é o mesmo indicado na cópia da nota fiscal (880/881) juntada às fls. 8/9 referenciada no demonstrativo de débito elaborado pela autuante (fl. 7). Portanto, restou comprovado que o imposto exigido foi recolhido tempestivamente, fato reconhecido pela autuante. Infração improcedente.

Com relação à infração 2, tendo a mesma sido reconhecida e paga pela empresa conforme documento juntado às fls. 103/104, a infração deve ser mantida (art. 140 do RPAF), devendo ser homologados os valores já pagos.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298578.0009/10-7** lavrado contra **TRADE IMPORT IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.124,01**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR

PAULO DANILO REIS LOPES - JULGADOR